

ATA N.º 294

----- Aos dezoito dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e cinco , no Salão Nobre do edifício dos Paços do Concelho, reuniu a Assembleia Municipal, ordinariamente, sob a presidência de Hermínio Pedro Marques Martins, que a convocou ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 30º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

Ordem de Trabalhos

- 1 **Atas e Correspondência**-----
- 2 **Período de Antes da Ordem do Dia**-----
- 3 **Período da Ordem do Dia**-----
 - 3.1 Informação Escrita do Presidente da Câmara Municipal-----
 - 3.2 Código de Ética e de Conduta do Município de Sever do Vouga – 1ª Alteração-----
 - 3.3 10ª Alteração Modificativa ao Orçamento Municipal de 2025-----
- 4 **Período Destinado ao Público**-----

----- O **Presidente da Assembleia Municipal** declarou aberta a sessão pelas dezassete horas e quatro minutos. Cumprimentou todos os presentes, em especial aos membros da Assembleia Municipal, senhoras e senhores presidentes de junta, Presidente da Câmara, senhora vereadora e senhores vereadores. De seguida, solicitou à segunda-secretária para proceder à chamada e verificar se havia quórum.-----

----- Foram registadas as seguintes presenças:-----

- Adérito Soares-----
- Alexandre Manuel Tavares Rocha-----
- Alexandre Miguel Coutinho Tavares-----
- Almiro da Silva Machado-----
- Ana Cristina da Silva Tavares-----
- Ana Maria Veloso Martins da Silva-----
- António Augusto de Macedo Cruz-----
- António Carlos Bivar Branco e Penha Monteiro-----
- António Fernando da Silva Dias-----
- David da Silva Alves-----
- Diana Clara Bastos Rodrigues de Paiva-----
- Elga Maria do Amaral Martins da Silva-----
- Eugénio Fernando de Bastos Martins-----
- Fernando Pereira Rodrigues-----
- Hermínio Pedro Marques Martins-----
- Iolanda Maria Ribeiro da Silva Matos-----
- João Rodrigues de Oliveira-----
- Jorge Manuel Henriques da Graça-----
- José Carlos Ribeiro de Sousa-----
- José Pedro de Bastos Costa Lemos-----
- Júlio Martins Fernandes-----
- Luís Filipe Tavares da Silva Pedro-----
- Maria Amaral Martins Pereira-----
- Maria Margarida Nunes Oliveira-----
- Paulo Alexandre Pereira Henriques Lourenço-----
- Sandra Marlene Rodrigues Pereira-----
- Sérgio Soares da Silva-----
- Tânia Filipa Fernandes Pinheiro-----

---- Nesta data, encontravam-se em efetividade de funções os membros da Assembleia Municipal: Alexandre Manuel Tavares Rocha, Almiro Silva Machado, Ana Cristina da Silva Tavares, Ana Maria Veloso Martins da Silva, António Augusto de Macedo Cruz, António Carlos Bivar Branco de Penha Monteiro, António Fernando da Silva Dias, Cláudia Isabel Lopes Cruz, David da Silva Alves, Diana Clara Bastos Rodrigues de Paiva, Elga Maria do Amaral Martins da Silva, Fernando Pereira Rodrigues, Hermínio Pedro

Marques Martins, Iolanda Maria Ribeiro da Silva Matos, Isabel Maria Martins Tavares, João Rodrigues de Oliveira, Jorge Manuel Henriques da Graça, José Carlos Ribeiro de Sousa, José Pedro de Bastos Costa Lemos, Luís Filipe Tavares da Silva Pedro, Maria Amaral Martins Pereira, Maria Margarida Nunes Oliveira, Paulo Alexandre Pereira Henriques Lourenço, Pedro Miguel Martins Mendes, Renata Liliana da Costa Marques, Sandra Marlene Rodrigues Pereira, Sérgio Soares da Silva e Tânia Filipa Fernandes Pinheiro.-----

---- Da Câmara Municipal foram registadas as presenças de Pedro Amadeu Fernandes Lopes Lobo, Presidente; Paulo Sérgio Martins Nogueira, Vice-Presidente; Ricardo Manuel Tavares da Silva, Paula Cristina Dias Coutinho e José Manuel Barbosa de Almeida e Costa.-----

--- Esteve presente Carla Alexandra Pereira da Silva, Coordenadora Técnica, em apoio à Mesa, bem como o Diretor de Departamento.-----

Foram registadas as seguintes faltas: Cláudia Isabel Lopes Cruz, que foi substituída por Alexandre Miguel Coutinho Tavares; Isabel Maria Martins Tavares, que foi substituída por Adérito Soares; Pedro Miguel Martins Mendes, que foi substituído por Eugénio Fernando de Bastos Martins e Renata Liliana da Costa Marques, que foi substituída por Júlio Martins Fernandes. O **Presidente da Assembleia Municipal** perguntou se alguém desejava fazer alguma intervenção ou se pretendia algum esclarecimento. Não havendo, disse considerar as faltas justificadas e aferida a legitimidade dos respetivos substitutos.----

-----1 – Ata e Correspondência-----

1.1 Ata n.º 293 de 24 de abril de 2025:-----

O **Presidente da Assembleia Municipal** adiantou que tinha chego um pedido de retificação, por parte de Diana Paiva, relativamente a uma intervenção sua, que foi aceite pela Mesa por ter-se constatado ter havido um lapso na transcrição. Explicou que, entretanto, a correção tinha sido efetuada na página 07 da ata, tendo sido acrescentado o seguinte texto que estava em falta: *“e exemplo disso é a exposição patente no Museu Municipal de homenagem aos antigos presidentes da Assembleia Municipal, promovida, e muito bem, pelo senhor Presidente da Assembleia Municipal, inaugurada hoje, assim como”*. O **Presidente da Assembleia Municipal** perguntou se alguém queria intervir sobre a correção ou sobre a ata em si. Não havendo, passou-se à votação da ata, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade, pelos membros Adérito Soares, Alexandre Rocha, Almiro Machado, Ana Silva, António Cruz, António Monteiro, António Dias, David Alves, Diana Paiva, Fernando Rodrigues, Hermínio Martins, João Oliveira, Jorge Graça, José Sousa, José Lemos, Maria Pereira, Maria Oliveira, Sandra Pereira e Sérgio Silva. Os membros Alexandre Tavares, Elga Silva, Iolanda Matos e Tânia Pinheiro não votaram a ata por terem chegado mais tarde.-----

1.2 Correspondência e Informações:-----

Correspondência recebida desde a última sessão ordinária, que foi disponibilizada aos membros da Assembleia Municipal juntamente com a documentação da sessão:-----

- Inquérito ICS-ULisboa-FCGulbenkian-----
- Agradecimento – Convite Homenagem ex-presidentes da Assembleia Municipal-----
- Convocatória - Reunião do Conselho Municipal de Educação-----
- Ofício a Comunicar Aprovação da 8ª Alteração Modificativa-----
- Ofício ao PCM a remeter questão de António Dias-----
- Valorglocal - Desenvolvimento de Programa Comemorativo - O Nosso 25 de Abril----
- Valorglocal - Programa Comemorativo sobre O Nosso 25 de Abril-----
- Convite - Celebração Religiosa em Honra de Nossa Senhora do Ouvido-----
- Justificação de Falta de Luís Pedro-----
- Convite - Concerto da BUMP e Clarinetes AD LIBITUM-----
- Apresentação do Estudo Determinantes da Inovação Regional-----
- Ofício à Nunciatura Apostólica da Santa Sé - Voto de Pesar-----

- Ofício ao PCM a remeter requerimento de António Dias-----
 - Convite - XLI Festival de Folclore-----
 - Convite - Homenagem ao Mérito Profissional de Mário Coutinho Martins-----
 - Rua de Santo Amaro - Melhoramentos na Valeta-----
 - Conselho Municipal de Educação - Envio de Documentos-----
 - Convite - III Torneio de Homenagem a António Martins Pereira-----
 - e-mail de Rita Figueiras-----
 - Convite - Rally de Portugal 2025-----
 - Resposta a Requerimento de António Dias-----
 - Convite - 9º Aniversário do Museu Municipal de Sever do Vouga-----
 - e-mail de António Dias sobre Baldios de Talhadas-----
 - e-mail de António Dias sobre pavimentação da Estrada da Vide-----
 - Interesse em bilhetes para o WRC Vodafone Portugal-----
 - Ofício ao PCM a remeter pedido de António Dias sobre Baldios de Talhadas-----
 - Ofício ao PCM a remeter pedido de António Dias sobre Estrada da Vide-----
 - Convite - 49º Aniversário CDC Paradela do Vouga-----
 - Informação sobre Publicação das Sessões-----
 - Convite - Festa das Flores 2025-----
 - Convite - 13º Passeio de Clássicos Terras do Vouga-----
 - Convite - Inauguração Novas Instalações da Junta de Freguesia de Pessegueiro do Vouga-----
 - Ofício a Renata Marques sobre publicação das sessões-----
 - Ofício ao PCM a remeter questão de João Oliveira-----
 - Convocatória Assembleia Intermunicipal da CIRA-----
 - Convite - Apresentação do livro Um Homem Comum num Tempo Incomum-----
 - Convite - Apresentação do livro Sabores da Interculturalidade-----
 - Católica-CESOP em parceria com UNICEF - Tenho o Voto na Matéria, 3ª Edição-----
 - Convite - Cerimónia do Hastear da Bandeira Azul - Sever do Vouga-----
 - Relatório ANAM - Descentralização, Desconcentração e Regionalização-----
- Presidente da Assembleia Municipal** – Não tenho nada de especial a destacar, a não ser uma informação que penso que vos foi enviada, que tinha a ver com um pedido de esclarecimentos da senhora deputada Renata Marques, na última assembleia, relativamente à visualização das gravações das assembleias municipais. Esse documento foi-vos enviado, as datas das assembleias e a respetiva data da publicação, portanto, pode existir, e irá continuar a existir, algum tempo entre a data da conclusão da assembleia e o carregamento da plataforma, que deve-se a questões que nos ultrapassam, e pode acontecer aqui, e acontece, se verificarem, que existe uma assembleia no dia 30 de um mês qualquer e a publicação é só no dia um do mês seguinte porque passa a meia-noite e passa para o dia seguinte. É apenas isso. De resto, foi cumprido sempre esse protocolo de acordo com o que era possível.-----
- De seguida, o **Presidente da Assembleia Municipal** deu nota de algumas participações e eventos onde esteve presente e/ou onde a Mesa esteve representada:-----
- Em maio:-----
- Concerto da BUMP com um grupo de clarinetes-----
 - Pista do Roçário a assistir à passagem do Rally de Portugal, a convite do Vouga Sport Clube-----
 - 9º aniversário do Museu Municipal onde foi, também, patente uma exposição sobre carreiros esquecidos da autoria de Beatriz Pereira e Fausto Macedo, a convite do Presidente da Câmara Municipal-----
 - Festival de Folclore do CRC de Rocas-----
 - Concurso de ideias “Lança o Teu Futuro”-----

- Homenagem ao senhor Mário Coutinho, um ex-Presidente da Assembleia Municipal, a convite do Rotary Club de Sever do Vouga-----
- 40º aniversário do CDC de Paradela do Vouga-----
- Abertura da Festa das Flores da APCDI-----

Em junho:-----

- Assembleia Intermunicipal da CIRA-----
- Cerimónia de apresentação de um livro cujo título é “Sabores da Interculturalidade”, no Agrupamento de Escolas de Sever do Vouga-----
- Cerimónia de abertura do torneio de homenagem ao senhor António Martins Pereira, a convite da JAP-----
- Cerimónia de entrega de prémios a convite do Vouga Sport Clube da prova de ralicross no alto do Roçário-----
- Cerimónia do hastear da bandeira azul na praia fluvial da Quinta do Barco-----

Presidente da Assembleia Municipal – Queria apenas, neste ponto, e porque não há um ponto específico para enquadrar isto, mas acho que é meu dever de deixar aqui um agradecimento público, em nome da Mesa da Assembleia, à Luísa Pereira e à Rita Figueiras pela colaboração que sempre prestou aos membros da Mesa, e a mim em particular, e também pelo trabalho que considero de muita dedicação e de muita competência ao serviço do nosso município. Dito isto e sobre este ponto, alguém deseja algum esclarecimento? Vamos passar, então, ao Período de Antes da Ordem do Dia e estão abertas as inscrições para este ponto.-----

-----2 – Período de Antes da Ordem do Dia-----

Feitas as inscrições, o **Presidente da Assembleia Municipal** concedeu a primeira palavra a David Alves.-----

David Alves – Excelentíssima Mesa da Assembleia, excelentíssimo executivo, camaradas, colegas de bancada, presidentes de Junta e restantes elementos presentes. Venho falar sobre uma coisa que aconteceu esta semana em Sever do Vouga, que foi a morte da menina de Rocas. Não seria tema para mim porque nós em Sever do Vouga, infelizmente, temos mortes de todo o género e feitio como nos outros lados. No entanto, fiquei algo surpreendido e chocado da forma como um grupo, o grupo, tratou o assunto. Vi uma avó, no Facebook, a insultar, a ameaçar, a dizer no fim “somos angolanos”. Vi um vídeo de um pseudojornalista, ou que seja, de um jornal, de cor, em que insultou autenticamente as pessoas de Sever do Vouga, portanto, nomeou nomes e factos. Só faltou dizer o nome de quem acusava. Essas pessoas talvez não saibam que a justiça em Portugal existe, que há investigação, que todos nós lamentamos a morte. Não tenho dúvidas sobre isso, mas quero aqui manifestar que nós somos severenses e somos portugueses e, como tal, não aceito atos de racismo, se quiserem chamar, da parte das pessoas atingidas, em relação a nós. Porque nós não o fazemos, não vejo a nossa atuação na rua nessa forma e, como tal, acho que devemos dizer a essas pessoas para terem ponderação e aguardar que as coisas se façam pelas vias normais.-----

Presidente da Assembleia Municipal – Muito obrigado. António Monteiro, tem a palavra.-----

António Monteiro – Muito obrigado, senhor Presidente da Mesa. Senhor Presidente da Câmara, senhores vereadores, senhores deputados municipais, senhores presidentes de Junta. Pedi a palavra neste período, antes da ordem do dia, porque, face àquilo que é a nossa vida enquanto cidadãos, temos a obrigação de, de vez em quando, pensar um pouco, refletir um pouco e debater o que há a debater, mas tentarmos, essencialmente, unir-nos no que é essencial e que é servir Sever do Vouga. Todos nós, se aqui estamos, foi porque o povo assim decidiu e nos escolheu. E isso traz-nos, também, uma especial responsabilidade. É evidente que, quando nós estamos a discutir aquilo que são os vários temas que vão sendo colocados perante nós, temos que usar aquilo que é o nosso padrão de avaliação, aquilo que é o nosso conhecimento, mas, nestes tempos, cada vez mais bipolarizados com tensões potenciadas por redes sociais, aquilo que nós, enquanto

autarcas, não devemos fazer, é ficarmos fechados naquilo que, hoje em dia, é modo de dizer que é a nossa bolha. E aquilo que nós temos, enquanto autarcas, enquanto principal dever, é de estar junto das populações, de encontrar soluções para aquilo que são as dificuldades concretas da vida das pessoas e aí teremos que saber, enquanto comunidade, encontrar soluções para cuidar dos mais novos, que são o futuro desta terra, dar mais oportunidades àqueles que precisam para que aqui se fixem com emprego, habitação, segurança, e naquilo que são as opções estratégicas que, enquanto concelho, temos que assegurar, de um concelho assente na produção florestal, na produção de mirtilo, na indústria e na aposta que devemos fazer no turismo, valorizando aquilo que é a barragem, aquilo que é a praia da Quinta do Barco. Já agora, aproveito para perguntar ao senhor Presidente como é que está a qualidade da água do rio, uma vez que se verifica a existência de muitas algas no rio e basta olharmos para percebermos que isso afetará a imagem enquanto destino balnear. E também cuidarmos daqueles que são os mais velhos, daqueles que viveram toda uma vida e para quem devem ser apontadas respostas. Enquanto líder da bancada do CDS, a nossa preocupação tem sido sempre a de procurar encontrar pontos de união de forma a tentarmos encontrar soluções para estes mesmos problemas. Não vemos a política como um conflito entre elites e povo, como um conflito entre gerações, como uma discussão entre freguesias ou lugares, ou entre personalidades. Aquilo que nós assumimos, desde o início deste mandato, é que daríamos condições de estabilidade para que os severenses tivessem soluções para os seus problemas concretos e o CDS tem cumprido escrupulosamente a sua palavra e irá fazê-lo até ao fim. Será um garante de estabilidade, um garante de que aquela que é a sua principal preocupação são os problemas dos severenses e cá estamos, e cá estaremos, para contribuir para as melhores soluções. Eu aproveito, já agora, senhor Presidente da Assembleia, se me permite, para dizer que tenho hoje um convidado especial, que é o meu filho Francisco, que veio à terra dos seus avós e que é importante que todos nós tenhamos presente que todos desejaríamos que todos aqueles de Sever que foram lutar por um futuro melhor fora desta terra tivessem condições para aqui regressar, para aqui se fixarem e para tornarem este um concelho maior e melhor. E, aproveitando aquilo que é o nome do meu filho Francisco, e daquilo que é, se quiserem, a principal preocupação que eu acho e que enquanto o CDS vos transmite que deve ser a nossa principal preocupação como autarcas, eu gostaria de citar a oração de São Francisco. *Onde houver ódio, que eu leve o amor. Onde houver ofensa, que eu leve o perdão. Onde houver discórdia, que eu leve a união. Onde houver dúvidas, que eu leve a fé. Onde houver erro, que eu leve a verdade. Onde houver desespero, que eu leve a esperança. Onde houver tristeza, que eu leve a alegria. Onde houver trevas, que eu leve a luz.* Eu acho que este é o desafio que todos nós temos enquanto cidadãos, enquanto autarcas, e que, aproveitando aqui a presença de um futuro eleitor, não sabemos ainda onde, porque só tem doze anos, eu não queria deixar de deixar, nesta mensagem, em que, pela primeira vez, ele veio ver o que é que o pai vinha fazer aqui à Assembleia Municipal de Sever, à terra dos seus avós e aproveitei, por isso mesmo, para deixar esta que é uma mensagem que eu considero importante para ele e para todos nós. Muito obrigado.-----

Presidente da Assembleia Municipal – Muito obrigado. João Oliveira, tem a palavra.----
João Oliveira – Obrigado, senhor Presidente. Senhor Presidente da Assembleia Municipal e restantes membros da Mesa, Senhor presidente da Câmara Municipal e restante executivo, senhores deputados, presidentes de Junta de Freguesia, comunicação social, meus senhores e minhas senhoras. Começo por agradecer uma resposta que recebi do senhor Presidente da Câmara Municipal a uma questão que coloquei. Confesso que não gostei dos termos da resposta que recebi. Responder a um deputado desta assembleia que os custos relacionados com as auditorias realizadas já foi respondido por várias vezes em sessões anteriores, para mim é, no mínimo, deselegante. Depois, a questão que coloquei não foi dos custos das auditorias, mas dos custos judiciais que o executivo teve que suportar, até ao momento, com os titulares de cargos públicos deste executivo visados nestas auditorias. Fico a aguardar esta resposta. Na última assembleia municipal dei

conhecimento de que tínhamos na nossa posse processos com os resultados das Auditorias Forenses, auditorias estas que ocuparam uma parte muito significativa desta legislatura. Ainda na última assembleia, solicitei ao senhor Presidente da Assembleia Municipal que fizesse chegar a todos os deputados, todos os elementos recebidos das várias instâncias oficiais para onde foram enviados os relatórios das auditorias forenses (Ministério Público, Tribunal de Contas e outras instâncias). Uma vez que nada recebi entendo ser meu dever transmitir as conclusões dos Processos Administrativos que tive oportunidade de apreciar. Aqui estão:-----

- Processo Administrativo N.º 44/2023: Administração e ordenamento do território e Urbanismo e contratação pública – Arquivamento;-----
- Processo Administrativo N.º 53/2023: Conclusão, nada mais importando intervir para ação – Arquivado;-----
- Processo Administrativo N.º 54/2023: Operação Urbanística - Arquivamento;-----
- Processo Administrativo N.º 55/2023: Processos de obras - Foram respondidas as solicitações e regularizadas. Nada mais a solicitar;-----
- Processo Administrativo N.º 57/2023: Urbanismo – Obras particulares – Foram apresentados esclarecimentos em 2021. Não há razão para manter o processo - Arquivamento;-----
- Processo Administrativo N.º 75/2023: Empreitadas de obras: Sem fundamento para instauração de ação - Arquivamento;-----
- Processo Administrativo N.º 76/2023: Obras: Não detetada qualquer indicação suscetível de invalidade - Arquivamento;-----
- Processo Administrativo N.º 77/2023: Empreitadas de obras públicas: Arquivamento e não enviar ao Tribunal de Contas porque quando as obras foram lançadas a concurso, já tinha sido informado o Tribunal de Contas;-----
- Processo Administrativo N.º 78/2023: Consulta prévia e ajuste direto – Não foi verificada qualquer indicação suscetível de invalidade - Arquivamento;-----

Os resultados que acabo de vos apresentar foram retirados dos processos administrativos entregues a dois vereadores da Câmara Municipal, de modo não oficial, depois de por várias vezes estes os terem solicitado. Tenho aqui comigo alguns exemplares. Mas, mais importante que a origem destes relatórios é o seu conteúdo e sobretudo a reposição do bom nome de algumas pessoas que foram alvo de acusações, incluindo os deputados do Partido Socialista que foram aqui acusados de politicamente serem cúmplices de ilegalidades muito graves. É importante salientar que não foi constatada a existência de qualquer irregularidade praticada com má-fé, dolo, aproveitamento ou peculato. Nunca votámos contra a apreciação destas auditorias pelo Ministério Público, e outras instâncias e sempre nos mostrámos disponíveis para nos pronunciarmos sobre o seu conteúdo, após a apreciação das instâncias para onde foram enviados. Estranhámos que os deputados do PSD e do CDS, que tão veementemente solicitaram ao executivo o envio das Auditorias ao Ministério Público e outras instâncias, nunca tenham manifestado nesta assembleia qualquer interesse em conhecer os detalhes dos processos recebidos com a indicação de arquivamento. Ao menos perceber as razões que levaram ao seu arquivamento. Constatamos que o executivo foi muito lesto a enviar as Auditorias à apreciação desta assembleia, chegando ao ponto de fazermos pelo menos uma assembleia extraordinária para este fim, lamentamos, no entanto, que não tenha tido a mesma atitude quando recebeu as respostas com a apreciação e conclusões do Ministério Público. Tenho dito. Obrigado.-

Presidente da Assembleia Municipal – Muito obrigado. António Dias, tem a palavra.----

António Dias – Obrigado, senhor Presidente. Cumprimento o senhor Presidente e, na sua pessoa, a Mesa, o senhor Presidente, os senhores vereadores, os senhores membros da Assembleia, público aqui presente, senhoras jornalistas minhas senhoras e meus senhores. Estamos em ano de eleições autárquicas e eu, como Presidente de Junta de Freguesia, gostaria de aproveitar esta oportunidade para colocar algumas questões ao senhor Presidente da Câmara. A primeira questão refere-se à limpeza dos caminhos florestais. Já

o solicitei aqui na reunião de abril, volto a solicitá-lo hoje. Na reunião do POM ficou assumido que a Câmara trataria da limpeza dos caminhos florestais. Até hoje, absolutamente nada foi feito, pelo menos, na freguesia de Talhadas. Estamos a entrar no pico do risco dos incêndios e quero perguntar, senhor Presidente, de forma clara, já foram resolvidos vários pontos críticos identificados? Onde estão os sistemas de videovigilância prometidos? Estão, ou não, preenchidos os quadros dos postos de vigia? Senhor Presidente, a passividade neste assunto é inadmissível a responsabilidade política de um eventual desastre está mais do que identificada, portanto, é necessário resolver estes assuntos. Segunda questão, senhor Presidente, refere-se, e aqui, senhor Presidente da Assembleia, também é para si, à data das respostas aos meus requerimentos, aos meus pedidos de esclarecimento. Enviei pedido de esclarecimento dias 15 e 16 de maio e a resposta chegou apenas dia 17, ontem. Eu não entendo o porquê de não ser cumprido, pelo menos, a legislação em vigor, senhor Presidente. Eu sei que o Presidente da Assembleia cumpre aquilo que lhe enviam, mas acho que também deve exigir, senhor Presidente. Não é por mal, mas deve exigir. Portanto, senhor Presidente, exijo que os prazos de resposta sejam cumpridos com o mínimo de eficiência e profissionalismo. Terceira questão, senhor Presidente da Câmara, zona industrial de Talhadas. Já o solicitei aqui na reunião anterior, volto a falar dela. Como sabem, foi devastada pelo incêndio de setembro. Até agora, nem uma resposta concreta, nem um apoio, nem uma linha de orientação por parte da Câmara ou do governo. E, senhor Presidente, como sabe, é uma zona essencial, tanto para Talhadas como para o desenvolvimento económico do concelho. E, senhor Presidente, solicito esclarecimento aqui. Qual é, afinal, a posição da Câmara sobre este assunto, que ações ainda estão previstas para o ano de 2025, há, ou não, contactos com o governo ou vamos continuar a assistir a uma propaganda sem substância. Senhor Presidente da Câmara, não basta promover a imagem do concelho nas redes sociais enquanto a população efetiva eleitoral continua a diminuir no limiar dos dez mil eleitores. Senhor Presidente, é com orgulho que podemos assistir a breve curso à perca de dois vereadores e, portanto, obviamente, à redução do orçamento municipal. Portanto, senhor Presidente, isto não é só, e desculpe o termos, varrer para debaixo do tapete. É preciso fazer alguma coisa. Quarta questão, senhor Presidente, falei aqui na última reunião, nada foi feito por parte da Câmara, parque de lazer do rio Alfusqueiro, do Cortez, em Talhadas. A Junta de Freguesia de Talhadas fez o que lhe competia, limpou o espaço, preparou as instalações sanitárias, garantiu condições mínimas para os visitantes e a Câmara Municipal nem areia foi capaz de lá colocar. Nem isso, senhor Presidente. Isto é inadmissível. Este é o critério da Câmara? Em Paradela, por exemplo, o senhor Presidente vangloriou-se, recentemente, no hastear da bandeira azul, com um projeto de mais de oitocentos mil euros para a Quinta do Barco. Enquanto no Cortez, uma zona também merecedora de algum investimento, não é capaz de investir uns míseros euros em areia e eu pergunto, isto é discriminação pura e simples, senhor Presidente? Será? Mais grave, ainda, nessa inauguração, às dez horas da manhã, fala-se que o senhor Presidente da Câmara decidiu atacar os presidentes de Junta que não estavam presentes, insinuando falta de interesse deste pelo turismo, etc. Senhor Presidente, a pergunta que se impõe é esta – onde está o exemplo do senhor Presidente da Câmara? Que autoridade tem o senhor Presidente da Câmara para criticar quando, primeiro, faltou à palavra com todos os presidentes de Junta nos apoios do protocolo de investimento. Não cumpriu. Palavra dada. Não cumpriu. Estão aqui todos, podem falar se quiserem. Mais, senhor Presidente, faltou a várias reuniões de Câmara. Eu nunca faltei, salvo exceção, nunca faltei a nenhuma reunião da assembleia e de Junta julgo que também não. Mais, faltou a reuniões que marcou comigo, sem me justificar o porquê da sua ausência. E continua, ainda, a desconsiderar os seus parceiros autárquicos. Será que as juntas de freguesia são assim tão más. Senhor Presidente, a falta de respeito institucional consigo tornou-se sistemática. Nem nas iniciativas conjuntas, por exemplo, viagem sénior, financiada em cinquenta por cento pelas juntas de freguesia, tem a mínima sensatez de mencionar ou agradecer a quem colabora e participa. Senhor Presidente, respeito aos

presidentes de Junta não é andar em campanha permanente nas redes sociais, tirar umas fotografias, vangloriar-se de projetos que excluem as freguesias como a minha. Respeitar, estar presente, cumprir compromissos, ouvir quem está no terreno, distribuir os recursos com justiça e, sobretudo, trabalhar com seriedade. O resto, desculpe, senhor Presidente, é puro espetáculo. Obrigado. tenho dito.-----

Presidente da Assembleia Municipal – Obrigado, António Dias. Diana Paiva, tem a palavra.-----

Diana Paiva – Excelentíssimo senhor Presidente da Assembleia Municipal e restantes membros da Mesa, excelentíssimo senhor Presidente da Câmara Municipal e restante executivo, excelentíssimos senhores membros da Assembleia Municipal, minhas senhoras e meus senhores. Confesso que começa a ser um pouco preocupante e, até, entediante a forma como se tem vindo a falar aqui, na assembleia municipal, sobre as auditorias. Relembro que, no início deste ano, foi mesmo falado para nós termos sensibilidade, porque estávamos em ano eleitoral, sobre o modo como nos dirigíamos a esta assembleia e tentarmos não fazer campanha eleitoral. No entanto, o que se verifica é que, da bancada do Partido Socialista, o que temos é, claramente, uma campanha eleitoral com uma tentativa de branquear o que consta dos relatórios. Estes relatórios, estas auditorias, expressas nos relatórios, demonstraram situações graves que sucederam nesta Câmara. Como sabem, estes relatórios foram remetidos a várias entidades. Entidades essas, tribunais administrativos, Tribunal de Contas e DIAP. E, quando se tenta aqui vir dizer que está tudo arquivado, não é verdade. O senhor Presidente da Assembleia Municipal teve o cuidado, desde sempre, quando recebia alguma comunicação de alguma entidade judicial, dar a conhecer. Nós sempre recebemos os despachos de arquivamento que existiram a nível do Tribunal Administrativo e Fiscal e esse tribunal considerou, em muitas situações, que é a confusão que existe aqui, de alguns casos já não se punha a questão porque tinha sido resolvido, noutros casos nem havia já hipótese de fazer o que quer que fosse porque estávamos em prazo prescricional. Portanto, confunde-se aqui, também, o que é uma decisão, dizer que o caso já não é passível de decisão porque está prescrito sobre aquilo que se podia, efetivamente, fazer. Além do mais, nós não temos, ainda, nenhuma decisão nos tribunais do DIAP, do Departamento de Investigação e Ação Penal, para onde também forem remetidos os relatórios. E, portanto, querer vir aqui branquear uma situação e dizer que a bancada do PSD está agora a agir de forma diferente, não está. Continuamos a aguardar. Agora, confesso que, enquanto jurista, tenho noção de como funcionam os tribunais e de como as investigações têm que correr. E leva o seu tempo. Confesso que, não é a mim que me dói, mas até tomo as dores do senhor Presidente da Assembleia Municipal, precisamente pelo facto de ver que sempre fomos informados das decisões, houve esse cuidado, e estão a pôr em causa aqui a função do senhor Presidente que sempre nos deu conhecimento. E, mais uma vez, digo, não vale tudo em campanha e não vale a pena querer branquear uma situação que foi grave, é grave, e que estamos a aguardar, de quem de direito, que é o Ministério Público do Departamento de Investigação e Ação Penal. Muito obrigada.-----

Presidente da Assembleia Municipal – Muito obrigado. João Oliveira, tem a palavra.----

João Oliveira – Renovo os meus cumprimentos a todos os presentes. O que eu apresentei aqui foram relatórios datados de 2023. Eu não sei se há mais relatórios, se não há mais relatórios. Só há estes, só tenho conhecimento destes. Agora, é muito estranho que estes relatórios de 2023 só agora cheguem ao meu conhecimento. Muito estranho. Possivelmente, há outros. Tenho as conclusões, não sei. Eu pedi os relatórios e eles nunca nos foram enviados, portanto, pode haver outros. Agora, o que eu aqui apresentei foi o resultado dos relatórios que me chegaram às mãos, que eu tinha pedido. Se o PSD se contenta em saber, há relatórios que já estão arquivados, há relatórios que já estão arquivados, mas não se preocupem em saber o que está nos relatórios. É pá, meus senhores, ano sei porquê. Portanto, nós não estamos aqui a fazer campanha e, se isto se estendeu até esta fase, foi porque nós pedimo-los antes, pedimos constantemente que os

relatórios nos fossem entregues e eles nunca nos foram entregues. Nós sempre dissemos que iríamos aguardar serenamente pelas respostas das várias instâncias para então nos pronunciarmos sobre o conteúdo das mesmas. Os relatórios que temos têm estas conclusões. Agora, não vamos aqui, não tenho outras conclusões, são estas. Obrigado.----

Presidente da Assembleia Municipal – Diana Paiva, tem a palavra. Atenção, que eu não vou admitir mais nenhuma réplica sobre este assunto. Ficam já avisados para esse ponto. Para mim, está mais do que discutido e assente.-----

Diana Paiva – Eu peço desculpa porque, para mim, está mais do que discutido e está mais do que percebido. Nós tivemos aqui duas auditorias. Uma auditoria de procedimentos e uma auditoria forense. Essas duas auditorias tiveram o seu relatório. O resultado desse relatório foi remetido a várias entidades. São os relatórios de que nós temos conhecimento. São estes. O que o senhor membro está a falar não são relatórios. Está a falar, precisamente, das decisões que, no caso do Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro, veio a tomar relativamente a algumas situações contidas no relatório. E essas sempre nos foram dadas a conhecer. Os resultados das auditorias foram-nos dados a conhecer.-----

Presidente da Assembleia Municipal – Não entrem em diálogo. Dr.^a Diana, pode prosseguir. Senhor deputado João Oliveira, agradeço que se mantenha em silêncio. Teve a sua oportunidade de falar, agora dá o lugar a quem está a falar. É assim que isto funciona.-

Diana Paiva – Os relatórios foram debatidos nesta casa. A remessa foi-nos dada conhecimento e, posteriormente a isso, nós recebemos, em correspondência. Se alguns o senhor não recebeu, é outro assunto, mas nós recebemos todos em correspondência as decisões do Procurador relativamente às auditorias que lá chegaram. Estamos a falar única e exclusivamente do Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro. O DIAP ainda não enviou nada, que nós saibamos. E, portanto, o senhor membro está a fazer confusão entre o que são relatórios e entre o que são despachos de arquivamento de algumas situações que estavam contidas nesse relatório, a maior parte delas pela prescrição, portanto, da minha parte, também considero este assunto encerrado porque estamos a querer cavalgar numa situação que não existe. Muito obrigado.-----

Presidente da Assembleia Municipal – Muito obrigado, Diana Paiva. Não tenho mais inscrições, mas antes de dar a palavra ao senhor Presidente da Câmara, apenas dois esclarecimentos. O primeiro, ao senhor João Oliveira, a quem agradeço, por ter enumerado os despachos de arquivamento a que eu sempre me referi e dos quais lhe dei conhecimento em correspondência. Se o senhor a vê ou se, por algum lapso, não recebeu, isso é diferente. Agora, o senhor recebe o correio eletrónico tal como todos os outros membros. Portanto, esses despachos que me chegaram à mão, e que eu agradeço por os enumerar, e referem-se todos, como eu sempre disse, a questões relativas a obras e urbanismo e que foram arquivados pelas razões que já foram aqui explicadas. Portanto, agradeço-lhe ter feito esse resumo. Uma coisa eu lhe vou prometer. Eu vou fazer questão de pedir aos serviços para fazerem uma recolha de todas essas comunicações. Se o senhor tem mais que a gente não tem... Está esclarecido. Que fique claro que a Mesa da Assembleia nunca ocultou, nem ocultará enquanto eu aqui estiver, nenhum documento, nenhuma informação que vos diga respeito. Ponto final sobre essa matéria. Relativamente ao senhor António Dias, apenas para esclarecer o seguinte – efetivamente, a resposta às suas questões foi enviada, creio que ontem, terá sido ontem que a recebi, mas eu procuro fazer as coisas o mais célere possível, se o senhor reparar no dia do ofício que foi dirigido ao senhor Presidente da Câmara. Mas, também é verdade, convém dizer, que só me devo preocupar, ou devo preocupar, que a resposta seja célere, mas que venha, seja apresentada, até à reunião seguinte. Portanto, isso tem sido cumprido. Compreendo que para seu governo, se me permite a expressão, quanto mais rápido melhor, mas as coisas são o que são. Está esclarecido também. Senhor Presidente da Câmara, tem a palavra.-----

Presidente da Câmara Municipal – Muito obrigado, senhor Presidente. Senhor Presidente da Assembleia Municipal e restantes membros da Mesa, excelentíssima senhora

Vereadora e senhores vereadores, excelentíssimas senhoras presidentes de Junta e excelentíssimos senhores presidentes de Junta, excelentíssimos senhores membros da Assembleia Municipal, minhas senhoras e meus senhores. Saúdo todos os presentes, nesta que é, provavelmente, a nossa última Assembleia Municipal antes das próximas eleições autárquicas. Ao longo deste mandato, trabalhámos incansavelmente para servir os interesses de Sever do Vouga, cada decisão, cada debate e cada projeto foram guiados pelo desejo de construir um concelho melhor e com maior qualidade de vida para todos. A concretização de muitas das nossas ambições só foi possível com o empenho e dedicação de alguns de vós, aos quais agradeço publicamente. Agradeço às forças políticas aqui representadas pela sua participação e debate; agradeço a todos os serviços e funcionários do município pelo excelente desempenho demonstrado; e agradeço sobretudo aos munícipes pela confiança em nós depositada. Este é um momento de reflexão sobre o caminho percorrido e, simultaneamente, de renovação do nosso compromisso com a democracia e com o bem-estar da nossa comunidade. As eleições que se avizinham são um pilar fundamental da nossa autonomia local, e é através delas que a voz do povo se fará ouvir. Que esta sessão seja um exemplo do nosso espírito cívico e do respeito pelas diferentes perspetivas, em prol do desenvolvimento contínuo de Sever do Vouga. Estou convicto que todos pautaremos por condutas assertivas e da maior elevação, rumo à construção de um futuro melhor. Muito rapidamente, senhor deputado António Monteiro, recebemos a cerimónia do hastear das bandeiras azuis das praias fluviais do interior, aqui no concelho, pela primeira vez, naturalmente. É um acontecimento que nos orgulha e, para ter bandeira azul, uma das condições necessárias é que a água tenha a qualidade necessária. No caso das infestantes que se vão vendo ali no rio, a APA está a analisar e nós perguntámos se deveríamos até, inclusive, tirá-las. O conselho que nos deram foi aguardar para ver porque, de facto, não tem aumentado muito. Uns dias nota-se mais, outros dias nota-se menos, mas é algo que é desconhecido da própria APA. Senhor João Oliveira, eu não vou fazer qualquer comentário sobre aquilo que fez, mas fico muito triste por não ter reparado que, pelo menos, o canteiro das flores, ali à entrada, foi substituído. Tive esse cuidado. Senhor António Dias, relativamente aos fogos, houve centenas de agricultores, nomeadamente aqui em Sever do Vouga, que foram apoiados, naquelas candidaturas simplificadas até aos seis mil euros, que agora até podem ser aumentadas até aos dez mil euros. A maior parte das empresas foram já apoiadas. Como é do seu conhecimento, também os terrenos da zona industrial de Talhadas continuam ainda em nome da Junta de Freguesia de Talhadas. Apenas recentemente os baldios conseguiram registar os terrenos que, como disse, encontram-se, ainda, matricialmente, nas Finanças em nome da Junta de Freguesia, mas o processo está a andar, portanto, esperamos que nos próximos meses, nas próximas semanas, se possível, possamos dar andamento. Relativamente às empresas que arderam, têm sido acompanhadas. Já deu entrada o pedido de informação prévia relativamente à sua colocação. Já foi dado o parecer favorável e, neste momento, algumas já foram ressarcidas pelo seguro. Relativamente ao apoio do Estado, foi feita uma primeira proposta com a qual as empresas não concordaram, portanto, neste momento, estamos junto das empresas. É evidente que esta situação do governo atrasou muito, mas temos acompanhado quase diariamente esta evolução. Apoiamos, também, os bombeiros, um dos maiores apoios de sempre. Vamos apoiar a Associação Humanitária das Talhadas. Estamos a tentar desenvolver o programa Aldeias Seguras e temos feitos os possíveis e impossíveis para que aquilo que vivemos nunca mais se repita. Relativamente à praia e à zona do Cortez, eu penso que é um equívoco, uma vez que, quando foi feito o auto de transferência de competências e recursos, tudo o que é mobiliário urbano é da responsabilidade da Junta de Freguesia, portanto, caberia à Junta de Freguesia a sua substituição. Se não o fez, estejam descansados que a Câmara irá fazê-lo, como fez na zona de fruição de Couto de Esteves, como faz em tantos sítios onde, infelizmente, as juntas não cumprem com aquilo que se comprometeram. Penso que não há mais nada para responder. Apenas para dizer que, relativamente aos apoios das juntas de Freguesia,

estamos à espera do parecer positivo da parte do senhor Secretário de Estado da Administração Local. Teve parecer positivo da CCDR, mas ainda não tivemos resposta do senhor Secretário de Estado da Administração Local que tomou posse há apenas alguns dias. E também quero dizer que, relativamente ao Pacto dos Autarcas e à Proteção Civil, é algo que é feito em conjunto com a CIRA, nomeadamente as câmaras de vigilância que cobrem a maior parte do território. A colocação de pessoas nos postos de vigia não é da responsabilidade da Câmara Municipal que, naturalmente, está preocupada se tem ou não, assim como a maior parte das coisas que o senhor nos acusa não são da competência da Câmara Municipal. Muito obrigado, senhor Presidente.-----

Presidente da Assembleia Municipal – Obrigado, senhor Presidente da Câmara. Antes de entrar na ordem do dia, queria colocar à apreciação da assembleia um pedido de um aditamento à ordem de trabalhos que já vos fiz chegar, também, creio que ontem, um pedido da Câmara no sentido de aditar um ponto à ordem de trabalhos que tem a ver com a discussão da 10ª Alteração Modificativa ao Orçamento Municipal de 2025. Eu já recebi a informação de que esta questão foi discutida hoje numa reunião extraordinária da Câmara e que foi aprovada por unanimidade. Portanto, primeiro que tudo, coloco à discussão o aditamento deste ponto que nós já acordámos previamente em reunião de líderes, mas de todas as formas, estão abertas inscrições para a questão do aditamento deste ponto à ordem de trabalhos. Não havendo nenhuma intervenção, vamos então votar esse aditamento. Aprovado por unanimidade. Vamos aditar à ordem de trabalhos o ponto 3.3 com a seguinte redação: 10ª Alteração Modificativa ao Orçamento Municipal de 2025 - deliberar.-----

----- 3 – Período da Ordem do Dia -----

3.1 Informação Escrita do Presidente da Câmara Municipal: - O **Presidente da Assembleia Municipal** concedeu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

Presidente da Câmara Municipal – Renovo os cumprimentos de há pouco. Julgo que a informação é suficiente. Terá sido vista por todos. Não tenho nada a acrescentar.-----

Presidente da Assembleia Municipal – Estão abertas as inscrições. Jorge Graça, tem a palavra.-----

Jorge Graça – Muito obrigado, senhor Presidente, a quem aproveito para cumprimentar, a si e aos restantes membros da Mesa, senhor Presidente da Câmara, senhores vereadores presentes, colegas deputados municipais, senhores presidentes de Junta, comunicação social, público aqui presente. O senhor Presidente vai-me permitir uma frase, que eu também não fico bem se não a disser, que não tem a ver com a informação escrita, que é em resposta àquilo que a Diana Paiva aqui disse. Eu só quero dizer que, eu também me senti muito tempo e muitas vezes entediado com a discussão acerca dos relatórios das auditorias com um episódio, que relembro aqui, numa sessão em que foi pedida a defesa de honra por um anterior membro do executivo anterior e que não lhe foi dada. Portanto, houve aqui, durante muito tempo, uma crucificação, um julgamento em praça pública, de elementos e nem sequer se foi dado o direito de defesa, portanto, o que o meu colega, João Oliveira, disse, está dito. Obrigado, senhor Presidente, por me permitir este aparte. Tenho aqui dois ou três pontos que é o seguinte – ponto um é a estrada das Arcas. Ela está noventa por cento concluída, eu reconheço isso, falta executar uma coisa que temos falado que é a situação da consolidação das valetas, nomeadamente na zona do Porto dos Lobo. É evidente que agora as chuvas não serão muitas, mas é urgente terminar aquela obra porque, eventualmente, uma parte do asfalto está, digamos assim, a desaparecer lá junto à berma. Ponto dois, quero também aqui realçar o belo trabalho que foi feito na estrada do Seixo. Tive a oportunidade de passar lá duas, três vezes. Comparativamente, por exemplo, com piso que foi feito aqui na 238, tenho falado muitas vezes, está impecável, a marcação está feita, portanto, parabéns por essa obra porque está um belíssimo trabalho. Quero, também, realçar outra estrada, a estrada da Macida. A estrada, em termos de piso, está boa, em termos de marcações está péssima. Não tem nenhuma marcação, nem das linhas das bermas, nem na linha de separação das vias e é evidente que, agora neste tempo, não há

nevoeiro, mas quando há nevoeiro, é muito fácil sair-se daquela estrada. Já agora, um alerta para o Presidente da Junta – as bermas nesta estrada estão mesmo a precisar de limpeza. Na rúbrica dos incêndios de 2024, é referida na informação escrita o troço do Caminho do Cortez, é exatamente assim que se refere. Já tinha falado nisso na penúltima sessão da assembleia. O senhor Presidente disse que sim, que efetivamente estavam previstas algumas intervenções. Fico contente que ela já apareça na informação escrita. Gostava que me dissesse em que isso constará, se constará só na sinalização, alguns alargamentos de algumas curvas que estão ali um bocado estreitas, asfaltamento, portanto, se puder pronunciar mais um bocadinho isso, agradeço. Já agora, não queria deixar de aproveitar a assunção pública do senhor Presidente da Câmara na ajuda que prometeu aqui à Associação Humanitária de Talhadas, da qual eu faço parte, e fico muito satisfeito de assumir publicamente esse apoio que esperamos que seja breve porque, efetivamente, temos um compromisso assumido. Mas, muito obrigado pela assunção pública que não era necessário. O ponto cinco é uma situação que eu verifico por todas as zonas que, infelizmente, foram assoladas pelos incêndios, que é, logicamente, não é responsabilidade da Câmara fazer essa recolha, mas é os cabos, eu penso que aquilo são cabos de comunicações, não têm cobre, de certeza absoluta, por isso é que ainda lá estão, mas a verdade é que foram substituídos e continuam espalhados aí pelas faixas de rodagem por zonas florestais. É evidente que aquilo causa alguns problemas porque estão, principalmente, nas bermas, mas ciclistas, etc., e eu tenho conhecimento que também passam alguns em zonas florestais e já tenho conhecimento de alguns que provocaram, foram enrolados nas pilhas de madeira e enrolam-se nas máquinas de feitura da madeira, portanto, têm causado alguns constrangimentos e queria alertar o senhor Presidente ou a Câmara se pudessem alertar alguma entidade que seja competente para isso, seria bom. Em relação à prevenção de incêndios, aqui o senhor Presidente de Talhadas já abordou isso, eu também em relação à informação escrita, tenho a minha opinião que tinha desde o início, acho que ela é demasiado extensa, mas acho que ficou um bocadinho resumida demais na situação da proteção civil. Eu gostava que fosse, principalmente agora nesta época pré-incêndios, que tivessem lá abordados, efetivamente, aquilo que o senhor Presidente da Junta de Talhadas disse, quais são os postos de vigia que já estão em funcionamento, em que períodos, quais são os estradões principais que já foram intervencionados, os pontos de água, se estão acessíveis ou não, portanto, gostava que isso fosse mais claro, digamos assim. Para terminar, é uma coisa que, evidente, também não tem responsabilidade da Câmara, mas é a situação do lixo. Eu sou um separador quase obsessivo do lixo. Da minha casa não sai, praticamente, um papel que não seja reciclado e fiquei muito sensibilizado com a informação do senhor Presidente da Câmara, na última assembleia, em que nos deu a conhecer, efetivamente, se calhar, muitos de nós não sabíamos, eu assumo esse desconhecimento, mas principalmente, os munícipes não sabem, e foi aqui falado do preço do custo do tratamento do lixo e a comunicação a que me refiro, do senhor Presidente da Câmara, foi que o lixo reciclado não custa nada a valorização, portanto, é tratado gratuitamente enquanto o outro custará, se não me falha a memória, à volta de setenta euros por tonelada. Eu acho que devia ser feita uma ação de sensibilização massiva aos munícipes de Sever do Vouga que, neste momento, são sensíveis por causa do aumento do custo da taxa do lixo e que estariam, certamente, muito mais recetivos a essa informação e, ao fim e ao cabo, contribuirão para que haja uma diminuição desse preço. Já agora, também outra coisa que a mim me choca muito é, quando chego para despejar o meu lixo nos contentores do ecoponto e tenho sacos, caixotes de lixo à frente que me impedem, inclusive, de despejar o lixo nos contentores. Eu penso que isso será alvo de algumas coimas, mas acho que também devia ser pedida uma fiscalização a esses eventos que, efetivamente, são negativos e atentam contra o meio ambiente. Muito obrigado, senhor Presidente.-----

Presidente da Assembleia Municipal – Obrigado, Jorge Graça. António Dias, tem a palavra.-----

António Dias – Obrigado, senhor Presidente. Mais uma vez, começo por cumprimentar o senhor Presidente da Mesa, senhor Presidente da Câmara, senhores vereadores, senhores membros da assembleia e todo o público aqui presente. Senhor Presidente da Assembleia, permita-me só um aparte. Senhor Presidente da Câmara, em relação ao parque de lazer do Rio Alfusqueiro, no Cortez, a Junta nunca lá colocou areia. O senhor desconhece por completo. Aconselho a perguntar aos senhores vereadores porque, ainda o ano passado, foi a empresa Araújo e Ladeira, Lda. que lá foi colocar areia paga pela Câmara Municipal. Tal e qual como em Paradela, a Junta de Paradela também não coloca areia. É a Câmara. Em relação, senhor Presidente, à zona industrial de Talhadas, todos os membros da assembleia que estiveram presentes numa das últimas, senhor Presidente da Assembleia permita-me, se recordam do senhor Presidente da Câmara Municipal aqui, em alto em bom som, dizer que a Câmara Municipal esteve à espera de um documento dos baldios durante dois anos, um documento que os baldios também estiveram à espera, da Junta de Freguesia de Talhadas, por culpa do presidente. Eu pergunto que documento é esse porque eu perguntei ao Conselho Diretivo, ao senhor Presidente, eu ele disse “não pedi nada”. Eu fui ver, não tem lá uma única resposta. Ou seja, sempre disse aqui que, se alguém tem que regularizar são os baldios, ponto. E, portanto, agora o senhor Presidente da Câmara, afinal, hoje vem-me dar razão e aquilo que ele disse, afinal, é injustificável. Senhor Presidente, permita-me, desde já, também, expressar aqui a minha estranheza e indignação por constatar que na informação escrita do senhor Presidente da Câmara não consta qualquer referência à exoneração da senhora Chefe de Gabinete, nem da senhora Secretária de apoio à vereação. Senhor Presidente da Câmara, gostaria de perceber por que motivo se omite esta informação de relevo institucional. Afinal, durante o seu mandato, o senhor Presidente não se cansou de repetir que precisava de assessores e assessores e mais assessores e agora, como parece que alguém ousou dizer-lhe algo que não lhe agradou, possivelmente, pura e simplesmente decide, ou eles pura e simplesmente, exoneraram-se e, senhor Presidente, gostava que esclarecesse aqui. E mais, senhor Presidente, esta assembleia, senhor Presidente, e o concelho de Sever do Vouga, merecem respeito, senhor Presidente, e isso começa por prestar contas de decisões políticas relevantes como esta. É uma decisão importante para o concelho. Primeiro, porque são despesas que o concelho deixa de ter e, depois, porque é trabalho que não vai ser feito. Alguém vai ter que o fazer e gostaria de ter essa informação, senhor Presidente. E, também, senhor Presidente, na reunião de Câmara Municipal, senhor Presidente, onde estas exonerações foram a discussão, senhor Presidente, como foram comunicadas, mas o senhor Presidente faltou. Ó senhor Presidente, então? Então o senhor Presidente não vai a uma reunião de Câmara onde há exonerações da senhora Chefe de Gabinete e da senhora Secretária da vereação? Desculpe, isso nas Talhadas diz-se é cobardia, senhor Presidente. Ó senhor Presidente, pelo amor de Deus, se o senhor Presidente ainda no dia, salvo erro, 16 disse que os presidentes de Junta deviam estar todos na Quinta do Barco às dez da manhã. Ó senhor Presidente, nós não vivemos da política, não somos profissionais da política, senhor Presidente. Ó senhor Presidente, pelo amor de Deus, senhor Presidente. Haja respeito, senhor Presidente. Senhor Presidente da Assembleia, peço aqui um esclarecimento cabal e depois vou apresentá-lo à Mesa se o senhor Presidente de Câmara não esclarecer aqui cabalmente esta situação. Quem é que as exonerou, o porquê das exonerações e justificações, senhor Presidente. Senhor Presidente, ainda relativamente à informação escrita, também não existe qualquer referência contextual às obras que o senhor Presidente da Câmara tanto publicita nas redes comerciais e na comunicação institucional. Importa referir, senhor Presidente, e recordar, como é verdade, que estas obras decorrem, em grande parte, das consequências das infelizes, infelizmente, infelizes acontecimentos por causa do incêndio. E, senhor Presidente, o senhor Presidente não falou quase aqui de nada e disse e não disse aqui que, por exemplo, a estrada do Seixo que está excelente, aliás, não há nenhuma estrada na freguesia, com exceção à A25, que seja tão boa neste momento. Rails, por aí fora, ó senhor Presidente, mas devia ter dito aqui que é dinheiro da

infelicidade do nosso concelho, se não, o senhor Presidente nunca na vida a ia alcatroar. Se calhar, nem se estivesse cá doze anos nunca a alcatroaria, portanto, senhor Presidente, isto devia ser aqui mencionado e, sobretudo, na informação escrita. Senhor Presidente, é de lamentar e verificar que num cotexto de dor e destruição os presidentes de Junta foram, inicialmente, desconsiderados, tratados como obstáculos. Depois, durante a pressão, o esforço coletivo, o senhor Presidente passou a enaltecê-los e agora, à medida que o oportunismo político se instala, voltam a ser ignorados, até atacados, como se viu na inauguração da Quinta do Barco, senhor Presidente. Senhor Presidente, essa prática de subir à escada à custa dos outros, senhor Presidente, e depois chutá-la, é revelador de um estilo de governação que divide em vez de unir, senhor Presidente, e devíamos unir. Permitam-me com franqueza, senhor Presidente, uma observação. Senhor Presidente, por vezes, parece-me que cumpre mais promessas no caminho a Fátima do que nos seus compromissos com os eleitos locais e com os fregueses de Sever do Vouga. E, senhor Presidente, por fim, lamento também profundamente a total ausência de clareza na apresentação das contas da Câmara Municipal, senhor Presidente. Não há uma exposição objetiva, transparente, acessível, das verbas investidas, em comunicação, publicidade, promoção pessoal, durante este mandato. Nós não conseguimos, entre aspas, identificar estas despesas e, senhor Presidente, pergunto, senhor Presidente, se me quiser responder e peço-lhe essa resposta, se possível. Quanto custaram ao erário público as campanhas de propaganda institucional? Quanto foi gasto em meios de comunicação social, nomeadamente, Correio da Manhã e Jornal de Notícias, para promover uma imagem construída em torno de um único protagonista e de um único produto, o mirtilo, e o Pedro Amadeu Lobo, senhor Presidente? Uma vez que o Pedro Amadeu Lobo é dono, é proprietário da marca Mirtilo de Sever do Vouga. Terminei dizendo, senhor Presidente, a democracia vive da informação, da responsabilização e da verdade, senhor Presidente. É o mínimo que esta assembleia exige e o mínimo é respeito, clareza e prestação de contas. O resto, senhor Presidente, é ruído. Tenho dito.-----

Presidente da Assembleia Municipal – Obrigado. Eu pedia aos restantes membros da assembleia que evitassem determinado tipo de comentários e observações. Acho que não vos dignifica. Estou farto de dizer isto. Estamos em final de mandato e continuamos, portanto, o que não tem remédio, remediado está, como diz o povo. João Oliveira, tem a palavra.-----

João Oliveira – Obrigado, senhor Presidente. Renovo os meus cumprimentos a todos os presentes. O senhor Presidente da Câmara Municipal transmitiu-nos, na última assembleia, que Sever do Vouga foi eleita como local da cerimónia do hastear da bandeira azul a nível nacional, das praias fluviais do interior e acrescentou que tem em curso uma candidatura para a reabilitação da Praia Fluvial Quinta do Barco. São boas notícias e acontecimentos importantes para o nosso concelho, mas não bastam. É necessário também que a Câmara Municipal providencie para que a nossa praia fluvial (de bandeira azul) se encontre limpa. Que os caixotes do lixo não se encontrem apinhados, a transbordar. A título de exemplo desta situação, quero dizer-vos que no dia 31 de maio, sábado, houve um grande evento ao longo do Rio Vouga, com início e final na Praia Fluvial, onde estiveram presentes mais de cem pessoas, mais de metade de fora do nosso concelho (de Lisboa vieram várias famílias, num total de cinquenta e cinco pessoas). Os caixotes do lixo estavam a abarrotar, e havia lixo espalhado pelo recinto, já seco, o que indicava que há muito tempo não era recolhido. A Câmara Municipal tinha conhecimento deste evento e da sua dimensão. Se queremos um concelho voltado para o turismo, e apelativo para quem nos visita para que voltem e nos recomendem, mas não podemos andar a dar tiros nos pés, como foi este caso. Temos belezas únicas e deveremos potenciá-las. Na zona industrial dos Padrões, frente à Metalpedro, o alcatrão descolou há já algum tempo e a situação é muito perigosa para quem circula naquela zona, pois os automobilistas têm, naturalmente, a tendência para se desviarem dos buracos para o centro da via. Senhor Presidente da Câmara Municipal, para quando a regularização desta situação? Neste local foi constatada

uma espessura do alcatrão inferior ao adjudicado. Já foi verificado a conformidade da espessura no restante piso objeto desta empreitada? Se sim, a que conclusão chegaram? Porque achei muito pobre a rúbrica Processos Judiciais da comunicação escrita, fui compará-la com a mesma rúbrica de anteriores assembleias. A diferença é como do dia para a noite. Enquanto em anteriores comunicações escritas os processos judiciais se encontram devidamente detalhados e claros na presente comunicação escrita existem Processos em que muitos deles não nos dizem nada. Nós não compreendemos o que está escrito a nível destes processos. Pelo menos, eu não compreendo. Li, numa publicação local, que a Câmara Municipal vai pagar € 176 500,00 + IVA pela contratação de um pacote com doze artistas para a Feira do Mirtilo e para a Ficavouga. Pessoalmente, eu penso que é um exagero de gastos e muito mais para um município endividado, que recentemente contraiu um empréstimo bancário. Será justo pagar esta verba a grupos de fora e não dar um reconhecimento monetário aos grupos locais que atuam e abrilhantam estes eventos, para apoio às suas atividades? Recordo que o anterior executivo fazia-o. E também dava às associações locais os outros apoios que o atual executivo dá. Não seria mais útil utilizar uma parte dos € 176 500,00 + IVA no aumento das bolsas de estudo dos estudantes do nosso concelho? € 12 500,00 bastariam para aumentar em 25% o valor das cinquenta bolsas de estudo dadas pelo município aos nossos alunos universitários mais carenciados (uma migalha muito útil, relativamente ao valor deste pacote). E os seus familiares agradeceriam com certeza. Tenho dito. Obrigado.-----

Presidente da Assembleia Municipal – Obrigado, João Oliveira. Eu não tenho aqui mais inscrições, mas antes de dar a palavra ao senhor Presidente da Câmara, só um esclarecimento ao Jorge Graça. A situação a que se referiu na introdução da sua intervenção teve a ver com uma assembleia onde ainda não tínhamos relatórios nenhuns e foi pedida, efetivamente, a palavra para defesa da honra, por parte de um senhor vereador, que não lhe foi dada e foi-lhe explicado porquê e que, até hoje, nunca mais apareceu em nenhuma assembleia, exceto no 25 de Abril. Depois dos relatórios ele teve oportunidade de comparecer e responder a eventuais questões que lhe quisessem colocar. Só essa explicação, uma vez que lhe dei, também, oportunidade de referir isso. O senhor Presidente da Câmara tem a palavra, se entender.-----

Presidente da Câmara Municipal – Muito obrigado, senhor Presidente. Senhor deputado Jorge Graça, a estrada das Arcas, as valetas já começaram a ser feitas. A estrada da Macida vai ser pintada agora. Relativamente ao Cortez, não posso fazer promessas nenhuma, mas há um muro que vai ter que se fazer. Tentaremos alargar se houver alguma possibilidade, mas, para além do pavimento, julgo que não haverá muito mais verba para isso. Relativamente aos cabos, nós temos alertado constantemente as entidades e elas têm falhado bastante, mas não é por falta de insistência. Continuaremos, com certeza, a insistir. Relativamente à proteção civil, farei chegar até si a informação que pediu. Senhor António Dias, confesso que não me lembro já do que é que disse, mas sobre a areia, a Câmara irá colocar areia, como sempre faz. Eu referia-me à madeira, que é obrigação da Junta de Freguesia substituir, mas que a Câmara irá substituir, uma vez que não foi feito. Senhor deputado João Oliveira, o valor a que se refere é referente à contratação dos artistas para a Feira do Mirtilo, para a Ficavouga e para o CAE. Engloba tudo. Não só para a Feira do Mirtilo e para o CAE e é para um ano inteiro. Sobre a questão aqui falada da reunião de Câmara e da exoneração da Chefe de Gabinete e da Secretária da vereação, eu quero dizer que a Luísa é uma amiga pessoal, é das pessoas que eu mais estimo na vida e é, provavelmente, a única pessoa por quem eu colocaria a mão no cepo. Ao longo destes quatro anos, estive aqui sempre comigo apesar de, muitas vezes, querer ir embora porque, de facto, não é fácil aturar determinadas coisas que se ouvem, mas estive sempre comigo e eu estou-lhe eternamente grato. Infelizmente, ou felizmente, estamos no final do mandato e a Luísa encetou um novo projeto, tal e qual como a Rita, que também tenho imensa pena de ter ido embora, mas eu não consegui fazer nada para as demover. Não foi, certamente, por falta de pedidos meus, não foi. Tentei fazer tudo para que ficassem. Teria imenso

prazer e custa muito chegar e não as ver todos os dias, mas elas optaram por um novo caminho e eu tenho que respeitar. Na reunião onde foi dado conhecimento, eu estava na reunião da CIRA, portanto, na reunião da CIRA onde se ia discutir, precisamente, a estratégia toda da proteção civil do concelho, aliás, do distrito, e eu falei com o meu Vice-Presidente e entendemos que era, naquela altura, mais pertinente eu estar na reunião da CIRA do que estar na reunião da Câmara. E, pronto, está aqui a Rita, um beijinho para ela. Obrigado por tudo. A Luísa, onde quer que esteja, também muito obrigado.-----
António Dias pediu para intervir. O **Presidente da Assembleia Municipal** autorizou, pedindo para não entrar em réplicas.-----

António Dias – Senhor Presidente da Assembleia, peço desculpa. Esqueci há pouco. Mais uma vez cumprimento o senhor Presidente e, na sua pessoa, todos os presentes. Senhor Presidente da Câmara, a Junta de Freguesia enviou para cá um e-mail e, se fosse possível, uma vez que ainda estamos a tempo, amanhã, como sabem, vai haver o Corpo de Deus, em Talhadas, do arciprestado do concelho de Sever do Vouga e, senhor Presidente da Câmara, não é para mim. É para a freguesia, é para o concelho. Enviei um e-mail para que fossem lá tapar três ou quatro buracos. Atenção, é uma vergonha. O percurso vai passar naqueles buracos e aquilo, olhe, desculpe, é a imagem que se tem, tanto da freguesia como do concelho, tanto para os habitantes como para os forasteiros. Senhor Presidente, se possível, peça ainda hoje. Estamos a falar que, se calhar, com duas, três pazadas de alcatrão frio tapam os buracos, sobretudo na zona dos Penedos e na zona da Senhora da Graça. Obrigado, senhor Presidente. Peço desculpa.-----

Presidente da Assembleia Municipal – Obrigado, António Dias. Não sei se o senhor Presidente da Câmara quer acrescentar alguma coisa ou passo já ao artigo seguinte.-----

Presidente da Câmara Municipal – Por acaso, a curiosidade, um dos motivos pelos quais pedimos hoje a alteração ao orçamento municipal é precisamente para que possamos incluir a obra relativamente à estrada nacional 333, de A-dos-Ferreiros até essa zona, que inclui a reparação do piso, a sinalização e a colocação de guardas de segurança numa série de zonas onde é necessário. Relativamente ao seu e-mail, foi enviado para os serviços e eu espero que eles o tenham feito. Confesso que não fui lá ver. Se não fizeram, assim que sair daqui irei pedir que o façam, se for possível.-----

Presidente da Assembleia Municipal – Muito obrigado.-----

3.2 Código de Ética e de Conduta do Município de Sever do Vouga – 1ª Alteração: - Foi apresentada ao órgão deliberativo a versão final do Código de Ética e de Conduta do Município de Sever do Vouga para aprovação.-----

O **Presidente da Assembleia Municipal** concedeu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

Presidente da Câmara Municipal – Remeto para a informação escrita. Não tenho mais nada a dizer.-----

O **Presidente da Assembleia Municipal** abriu um período de intervenções, tendo dado a primeira palavra a António Monteiro.-----

António Monteiro – Não se preocupem, que não vou demorar muito. Senhor Presidente da Assembleia, senhor Presidente da Câmara, apenas para fazer uma nota relativamente àquilo que me parece que seria importante, para todos, ficar claro. Nós temos, hoje em dia, exigências do ponto de vista de legislação, quer na prevenção da corrupção, quer na proteção de dados, quer, como está, também, a vir, neste momento, orientações no âmbito da União Europeia em matéria de segurança informática face àquilo que têm vindo a ser os reiterados ataques que têm surgido na Europa e reparei que, no nosso código de conduta que está aqui proposto, nós temos aquilo que se chama um gestor de ética. Nos termos da lei, tem que existir o que se chama o responsável pelo cumprimento normativo, que tem que ser notificado em que é o responsável pela interlocução com o mecanismo nacional de prevenção da corrupção. Teremos, depois, no âmbito da proteção de dados, que ter um responsável da proteção de dados e aquilo que eu queria perguntar ao senhor Presidente da Câmara, porque eu acho que é importante para todos nós percebermos, é como é que está a

ser montada esta arquitetura com estes interlocutores. Se são pessoas diferentes, se é a mesma pessoa que põe os vários chapéus, porque para que todo este sistema possa funcionar, o sistema funciona com mecanismos e pessoas e, portanto, para que o código de conduta seja eficaz, é necessário que exista um canal de denúncias eficaz. Para que o canal de denúncias funcione é preciso que haja um responsável pela gestão do canal de denúncias. Se o código de conduta ainda tem o gestor de ética, também pergunto se é a mesma pessoa, se ainda temos o responsável por proteção de dados. No fundo, estas obrigações, do ponto de vista da arquitetura do sistema e que são uma nova exigência porque em termos daquilo que é a nossa vida, hoje em dia, aquilo que se exige é mais transparência de forma a que todas estas atividades passem a estar sobre um mais apertado escrutínio, não apenas nosso, enquanto deputados municipais, porque nós também estamos sujeitos ao escrutínio dos nossos cidadãos, era importante percebermos como é que está, neste momento, essa arquitetura porque eu temo que se possa tornar confusa e porque é bom que todos nós, enquanto deputados municipais, estejamos, também, muito conscientes que também temos deveres éticos e, em matéria de conflitos de interesses, que eu desconfio que muitos não estejam a ver. Portanto, esses conflitos de interesses abrangem, também, os nossos familiares e, numa comunidade pequena, é bom que saibamos acautelar isto porque o mais importante é sermos, às vezes, transparentes, sabermos prevenir esses conflitos e alguém que tenha um eventual conflito de interesses, às vezes, mais vale declarar e dizer que não vota aquela proposta, que sai da discussão, e eu acho que percebermos esta arquitetura, e por isso eu peço ao senhor Presidente da Câmara, já agora, que nos explique como é que este estudo está a ser montado porque, se vai nomear pessoas diferentes para todos os lugares, não sei como é que vai gerir tanta gente. Se vai pôr as pessoas como mesmo chapéu, é preciso ter cuidado para que não haja contradição dentro da mesma pessoa de determinado tipo de funções. No código de conduta há matérias que são, essencialmente, laborais e que terão mais a ver com recursos humanos do que propriamente com questões de transparência, de eventuais conflitos de interesses que possam existir no exercício da atividade. Portanto, esta é uma questão que eu gostaria de perceber. Terminaria por aqui a minha intervenção.-----

Presidente da Assembleia Municipal – Obrigado, António Monteiro. Não tenho mais intervenções. Senhor Presidente da Câmara, quer responder a esta questão?-----

Presidente da Câmara Municipal – Sim, respondo que nós somos um país em que, cada vez mais, se inventam estas coisas. Eu acho que há uma coisa chamada bom-senso, que era mais do que suficiente para tudo isto e não precisávamos nada disto. Relativamente ao encarregado de proteção de dados, é uma figura externa à Câmara Municipal. Os restantes são, neste momento, funcionários da Câmara Municipal diferentes que, como imagina, não têm grande vontade de assumirem, já têm trabalho que cheguem para estarem a assumir estas coisas, mas tem sido feito assim porque, numa câmara pequena e com poucos colaboradores, é assim que nós temos que fazer. As exigências para uma câmara grande são exatamente as mesmas para uma câmara pequena. O canal de denúncias existe, funciona, temos recebido e é assim que temos procurado, com exceção do gestor de proteção de dados que, inicialmente, até se pensou que seria feito em conjunto com a CIRA, que a CIRA faria em conjunto. Também se pensou que todo este esquema seria... mas optou-se que fosse individual porque são muito diferentes, as câmaras são muito diferentes, a arquitetura das câmaras é muito diferente, portanto, nós temos recorrido à mão de obra e aos colaboradores do Município. É isso que temos feito. Todos diferentes.-

Presidente da Assembleia Municipal – Muito obrigado, senhor Presidente.-----

O órgão deliberativo aprovou, por unanimidade, a versão final do Código de Ética e de Conduta do Município de Sever do Vouga para efeitos de publicação do mesmo no Diário da República.-----

Vinte e oito votos a favor – Adérito Soares, Alexandre Rocha, Alexandre Tavares, Almiro Machado, Ana Tavares, Ana Silva, António Cruz, António Monteiro, António Dias, David Alves, Diana Paiva, Elga Silva, Eugénio Martins, Fernando Rodrigues, Hermínio Martins,

Iolanda Matos, João Oliveira, Jorge Graça, José Sousa, José Lemos, Júlio Fernandes, Luís Pedro, Maria Pereira, Maria Oliveira, Paulo Lourenço, Sandra Pereira, Sérgio Silva e Tânia Pinheiro.-----

3.3 10ª Alteração Modificativa ao Orçamento Municipal de 2025: - No uso da competência dada através da alínea a), do ponto 8.3.1.3, e alínea b), do ponto 3.3, ambas do POCAL, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, nova redação dada através do Decreto-Lei n.º 84-A/2002, de 5 de abril, foi elaborada e apresentada a 10ª Alteração Modificativa do Orçamento Municipal de 2025.-----

O **Presidente da Assembleia Municipal** concedeu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

Presidente da Câmara Municipal – Muito obrigado, senhor Presidente. Renovo os cumprimentos de há pouco. Esta alteração modificativa corrige as dotações disponíveis no projeto “Reposição e Reparação de Infraestruturas e Equipamentos Públicos Municipais de Suporte às Populações Destruídas pelos Incêndios Rurais de setembro 2024”, do ano 2025 e 2026. O que se passa é que nós tínhamos previsto uma execução, no ano 2025, de 60%. Nós temos sido pressionados para ter uma execução maior e, para além disso, temos folga financeira para ter uma execução maior e verificamos que, para determinado tipo de trabalhos, há ainda disponibilidade de algumas empresas no mercado para o fazerem e, portanto, basicamente, o que queremos fazer é um aumento de, sensivelmente, passar de 60% para 80%. A isto, também é somado um novo projeto no PPI 2025 com a aprovação da candidatura “Apoio à Modernização de Paragens de Transporte Público”. Portanto, basicamente, aquilo que estamos a fazer é aumentar o nosso orçamento em € 727 000,00 para que possamos realizar mais uma série de obras e possamos, também, substituir esta questão das paragens dos autocarros. Sem esta alteração ao orçamento municipal, não será possível fazê-lo. Muito obrigado, senhor Presidente.-----

Presidente da Assembleia Municipal – Muito obrigado. António Dias, tem a palavra.---

António Dias – Obrigado, senhor Presidente. Mais uma vez, cumprimento o senhor Presidente e, na sua presença, a todos os presentes. Senhor Presidente da Câmara, com essa alteração modificativa, espero que, finalmente, coloque as duas placas de sinalização dos transportes no Seixo e a outra. E mais, senhor Presidente da Câmara, eu, por acaso, não sou habitante daqueles lugares, mas, se possível, uma luminária porque há muita gente que espera no cruzamento do Seixo e é uma estrada de muito movimento e sem luz naquele sítio. Aí tem a placa da paragem de autocarro, não tem luminária. Peço-vos isso encarecidamente porque as pessoas do Seixo, se querem ir, por exemplo, para Sever do Vouga ou para Águeda, apanham o autocarro ali. Estamos a falar de cerca de setecentos ou oitocentos metros desde o lugar até ao cruzamento, mas imaginem que o autocarro passa cedo, no inverno, pelo menos, é bastante escuro aquele sítio e é ermo. Obrigado, senhor Presidente.-----

Colocado este ponto à votação, a Assembleia Municipal aprovou, por maioria, a 10ª Alteração Modificativa do Orçamento Municipal de 2025.-----

Vinte e sete votos a favor – Adérito Soares, Alexandre Rocha, Alexandre Tavares, Almiro Machado, Ana Tavares, Ana Silva, António Cruz, António Monteiro, António Dias, David Alves, Diana Paiva, Elga Silva, Eugénio Martins, Fernando Rodrigues, Hermínio Martins, Iolanda Matos, João Oliveira, Jorge Graça, José Sousa, José Lemos, Júlio Fernandes, Luís Pedro, Maria Pereira, Maria Oliveira, Paulo Lourenço, Sandra Pereira e Tânia Pinheiro.---

Uma abstenção – Sérgio Silva.-----

-----4 – Período Destinado ao Público-----

Ana Rita da Costa Sousa Figueiras cumprimentou todos os presentes. Começou a sua intervenção por pedir desculpa por recorrer à leitura da sua intervenção, sendo que não o fazia por falta de palavras ou por precisar que alguém escrevesse por si, mas por querer garantir que conseguisse expressar tudo o que tinha a dizer com a clareza e com precisão. Disse querer intervir sobre algo que lhe tocava de forma profundamente pessoal: a deficiência. Afirmou que, em Sever do Vouga, quando se tratava de crianças e jovens com

necessidades específicas, o que faltava era quase tudo. Faltavam recursos, faltavam meios, faltava sensibilidade - mas, sobretudo, faltava conhecimento. Disse não se referir daquele conhecimento raso, que se traduzia numa boa fotografia, numa conversa superficial e mal-intencionada de café ou de rua, de um *post* vazio nas redes sociais ou num “fazer ver” de ocasião. Referia-se ao conhecimento real, que nascia do contacto direto, da capacidade de escutar ativamente e da vontade genuína de transformar realidades. Disse ser um tema ao qual estava particularmente atenta porque lhe dizia respeito de forma direta e tinha notado a utilização incorreta de palavras e expressões sobre essa realidade. Ora, se isso pudesse ser compreensível num cidadão comum, não podia – nem devia – ser admissível por parte de quem tem o poder para melhorar a vida dessas pessoas. Salientou que os cuidadores se tinham habituado à falência de um sistema que, honestamente, pouco protegia os seus e nada protegia os cuidadores. Assegurou que, se os cuidadores se resignavam ao seu papel, no que tocasse aos seus filhos, tornavam-se no que fosse preciso, iriam até onde fosse preciso, com força e sem medo, porque não estavam habituados a baixar a cabeça e garantiu que não iria baixar a cabeça e que essa seria sempre a sua linha vermelha e o limite que não seria ultrapassado por ninguém, independentemente do cargo ou poder que tivesse. Afirmou que, com ou sem deficiência, esse limite eram os seus filhos. Regressando ao motivo concreto da sua intervenção, disse que, quando ouvia frases como: “*fazer caridade porque ela tem uma filha deficiente*”, sentia a obrigação de corrigir - com todo o respeito. Acerca de caridade, recordou que a mesma era uma escolha pessoal, individual, de cada um, feita com os meios e nos locais apropriados. Aos representantes eleitos, não se esperava que fizessem caridade - dos autarcas esperava-se conhecimento dos seus territórios, reconhecimento das fragilidades e construção de respostas. De uma autarquia, não se esperava nada que fosse caridade. Reforçou tratar-se de responsabilidade e ações. Dirigindo-se diretamente aos membros da assembleia, disse que, se era caridade que pretendiam fazer, não se deviam candidatar. Quanto à expressão “*filha deficiente*”, disse importar esclarecer que, quem usava aquele termo revelava, mais do que ignorância, o seu próprio preconceito e afirmou que aquele termo não definia nenhum filho diferente de qualquer outro, muito menos a sua filha que se chamava Helena, que era uma criança que, como as outras, tinha história, dignidade e uma família que, mesmo que ela não pudesse, estaria ali para a proteger sempre que necessário. Perguntou quantas Helenas existiam no concelho, quantas crianças, quantos jovens, quantos cuidadores existiam em Sever do Vouga, que tantas vezes eram esquecidos, empurrados para debaixo do tapete, longe do olhar e da intervenção pública - porque a sua presença incomodava a “*ladainha*” de que era tão precisa a ideia de que o pouco que se tinha no concelho era o melhor que havia para lhes oferecer. A diferença física, cognitiva ou simplesmente a diferença não dava jeito à agenda política do concelho, à exceção clara do palavreado oco e da fotografia de ocasião. Bastava olhar para os concelhos vizinhos – no que respeitava a crianças com necessidades específicas, viam-se realidades muito diferentes e deu alguns exemplos, como a disponibilização de serviços especializados integrados nas escolas, técnicos, salas sensoriais e, ainda, municípios que pagavam terapias àquelas crianças que, de outra forma, não conseguiriam ter acesso às mesmas. Referiu haver, ainda, um município bem perto que até oferecia àquelas estas crianças terapia equestre, atividade pouco comum, com direito a transporte para que ninguém ficasse para trás. Cientes do que seu papel e do cumprimento da lei, havia, ainda, municípios que garantiam a priorização no acesso aquelas crianças a respostas sociais, como os CATL, funcionando em parceria com os municípios. Deu o exemplo de uma parceira - Sever do Vouga tinha um ATL a trabalhar num edifício que tutelado pelo município. Questionou porque é que não havia esse tipo de resposta no concelho? Sobre aquilo que havia para receber em Sever do Vouga, o que é que havia? Onde estavam aquelas respostas? Onde estava aquela visão? Onde estavam as leis que protegiam aquelas crianças e jovens? Referiu que a única coisa que parecia restar era uma ideia mal disfarçada de caridade, mas disse querer deixar claro que não queria caridade. Queria exatamente o mesmo que qualquer pai ou família naquela sala

pretendesse para os seus filhos: oportunidades, respeito e inclusão. Por isso, deixou uma proposta clara ao executivo: que se avançasse com a criação de um Plano Municipal para a Inclusão, que contemplasse todas as minorias do concelho, com participação ativa, com a participação das famílias, das IPSS, das associações locais, da comunidade escolar e, sempre que possível, com todas pessoas independentemente das suas limitações ou características. Propôs, ainda, um investimento sério e contínuo na formação dos profissionais da educação, de saúde e dos serviços municipais, para que soubessem reconhecer, compreender e responder de forma adequada ao público a que se referia. E, para terminar, repetiu, mais uma vez, e de forma inequívoca, que, naquela matéria ninguém precisava de caridade - precisavam de algo muito diferente: respeito, justiça e compromisso. Precisavam que quem os governava abandonasse os discursos populistas e inócuos e compreendesse que estava a falar de direitos humanos, consagrados na Constituição da República Portuguesa. Precisavam, acima de tudo, que se olhasse para eles com respeito, com seriedade e como parte plena, ativa e digna da comunidade severense e, sobretudo, que estivessem contemplados no planeamento e no investimento municipal. Como esclarecimento, deixou uma nota final - não esperava qualquer resposta, naquela tarde, do executivo, pois não tinha colocado perguntas à espera de respostas imediatas por saber quais eram as respostas melhor do que ninguém. Disse ter deixado apenas perguntas retóricas que esperavam servissem para acrescentar conhecimento, diminuir o preconceito e mudar comportamentos.-----

Nada mais havendo a tratar, deu-se como concluída esta sessão, cuja ata em minuta foi aprovada, por unanimidade, no final, para produzir efeitos de imediato, tendo sido elaborada a presente ata, que vai ser assinada pelo Presidente deste órgão e por mim, Carla Alexandra Pereira da Silva, funcionária designada para o efeito, que a redigi.-----